

A Responsabilidade Social em Contexto Ibero-Americano: novas perspectivas da governança organizacional

Maria Alice Nunes Costa

Pós-Doutorada em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UC, Portugal).

Maria João Santos

Doutora em Sociologia Económica e das Organizações.

Fernando Miguel Seabra

Doutor em Gestão de Empresas pela Universidade de Évora, Portugal.

Fátima Jorge

Doutora em Gestão de Empresas pela Universidade de Évora, Portugal.

Este Dossiê “A Responsabilidade Social Ibero-Americana”, apresentado pela Revista Confluências, é fruto da trajetória de uma rede de investigação científica sobre o tema da Responsabilidade Social, iniciada em 2004, por dois centros de investigação de referência em Portugal: o CES (Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra) e o SOCIUS (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa).

Deste intercâmbio e da intensa colaboração de outros pesquisadores, foi possível a criação da Rede Ibero-Americana de Responsabilidade Social com a realização de dois Congressos Internacionais. O primeiro Congresso Ibero-Americano de Responsabilidade Social realizado em 2010, em Lisboa, teve como fruto a publicação em Portugal do livro “Responsabilidade Social – uma visão ibero-americana”, pela Editora Almedina, 2011 (Série Trabalho e Sociedade).

No desafio do alargamento desta rede científica, realizamos o CRIARS 2012, como a segunda edição do Congresso Ibero-Americano de Responsabilidade Social, também realizado em Lisboa. Como resultado deste último evento, selecionamos para este Dossiê, alguns artigos de uma matriz cultural e científica no campo da responsabilidade social que tanto nos aproxima, quando

embora um oceano nos distancie. Esse intercâmbio nos permite entender as ideias e as práticas de uns como replicáveis perante as circunstâncias de outros, sendo similares e oriundas das regiões e das epistemologias do Sul, em particular, do espaço ibero-americano.

Nesta trajetória, percebemos que, apesar do crescente reconhecimento de que a gestão empresarial por meio da concepção da responsabilidade social das organizações (RSO) tenha adquirido uma grande visibilidade a nível internacional, os seus resultados na região Sul (periferia e semiperiferia) estão muito aquém da expectativa. Continuamos a observar em inúmeras organizações, aqui e acolá, condutas e práticas insustentáveis ao bem estar, à justiça social e à dignidade humana.

Continuam insuficientes as tentativas acordadas internacionalmente em se alcançar as Metas do Milênio e da mitigação das externalidades negativas socioambientais geradas pelos agentes econômicos. Mantem-se a elevada taxa de desemprego, nomeadamente estrutural, bem como os níveis de pobreza e de desigualdade social, com custos enormes para o bem-estar dos cidadãos e para o funcionamento das sociedades. Situações que associadas a crescentes iniquidades na distribuição de rendimento, persistência de práticas de corrupção e valorização de lógicas de financeirização e crescimento de curto prazo, colocam em causa, no limite, a própria estabilidade das empresas.

Desta forma, urge contribuirmos para uma profunda reflexão sobre como a responsabilidade social corporativa vem sendo desenvolvida, pois os seus efeitos não têm sido globalmente sentidos e os seus impactos tem se apresentado bastante limitados. Há um relativo consenso de que houve avanços na difusão e na implementação da ideia e da importância da sustentabilidade e da responsabilidade social das empresas; contudo, ainda existem inúmeras lacunas por superar. A este propósito importa deixar alguns apontamentos sobre a evolução registrada e sobre os hiatos existentes. Dentre os avanços registrados, podemos salientar alguns aspectos: A Responsabilidade Social tem-se afirmado como um princípio de gestão sistêmico, o qual pressupõe a criação de valor numa tripla dimensão: econômica, social e ambiental. Fomenta a introdução de um novo modelo gestor que se pretende mais equilibrado e holístico e que incorpora diversas dimensões, as quais se conjugam em torno do princípio do triple bottom line proposto por John Elkington.

Apesar de se afirmar como uma estratégia de gestão, a responsabilidade social das organizações (RSO) tem vindo a ser crescentemente associada às temáticas da ética. Apesar das múltiplas concepções existentes sobre o que deve ser uma RSO, existe algum consenso quanto ao seu contributo ativo para a obtenção de maiores níveis de desenvolvimento

sustentável no longo prazo. Esta dimensão ética da RSO, associada ao cumprimento do desenvolvimento sustentável tem ganhado força enquanto princípio mobilizador da ação, em detrimento de uma lógica estritamente assente no business case.

Enquanto metodologia de intervenção e prática gestonária, a RSO tem também evoluído significativamente. Assume-se cada vez mais como prática de gestão que deve estar incorporada em estratégias organizacionais, com programas e linhas de ação claramente estabelecidas e objetivos concretos, constantemente medidos e avaliados. O surgimento de normativos como a ISO 26000, as diretrizes de relatórios do GRI, a disseminação de boas práticas, o surgimento de softwares específicos de apoio à gestão da RSO, a aplicação de ferramentas de planeamento, evidenciam já uma relativa maturidade e consolidação de instrumentos que permitem integrar, de forma consistente, a responsabilidade social no contexto organizacional.

Tem também havido um direcionamento para processos de inovação mais sustentável. A RSO assume-se como elemento importante na reestruturação de processos e no estímulo à inovação sustentável. A disseminação da RSO não está dissociada da constatação sobre o impacto positivo na criação de valor financeiro e no reforço de uma estratégia de negócio de longo prazo. Contributos positivos em áreas como reputação,

notoriedade, minimização de risco, envolvimento de colaboradores, relacionamento com stakeholders, redução de custos, ecoeficiência, têm potencializado a ampla difusão da Responsabilidade Social, sobretudo em contexto empresarial e ambiental. Os seus impactos têm-se tornado crescentemente visíveis no estímulo ao desenvolvimento de novos produtos, na reconversão de processos, gestão do negócio no logo prazo e na inovação sustentável. Razão pela qual a RSO, numa fase de maior maturidade, tem vindo a surgir integrada no core da estratégia empresarial e associada a novas formas de inovação sustentável.

Significativa também tem sido a evolução quanto à conscientização da necessária corresponsabilização das organizações pelos impactos diretos gerados no ecossistema. Ganha relevo as ações direcionadas para a minimização dos impactos (por exemplo: cálculo da pegada de água, política de gestão dos resíduos sólidos, proteção de espécies e comunidades ameaçadas de extinção) e a tomada em consideração que os interesses dos stakeholders devem ser considerados nas estratégias de gestão. A ênfase exclusiva na criação de valor para os shareholders passa a ser mediada pela integração dos interesses dos stakeholders.

Sendo certo que, se registram avanço na implementação da RSO, não deixa de ser relevante refletir também sobre os problemas que persistem e limitam

os seus impactos a nível global, em particular, nos países mais vulneráveis economicamente do espaço ibero-americano, dentre os quais destacamos:

A RSO continua a surgir associada a um ato voluntário, facultativo, dependente da absoluta discricionariedade dos agentes económicos e não como um imperativo de atuação ética, moral ou regulatória. O apelo ao voluntarismo, apesar de hoje ser menos comum, torna ainda o seu compromisso facultativo e minimiza a sua atuação enquanto imperativo ético, ficando, portanto, aquém de uma obrigatoriedade moral que se impõe legalmente pela força da sociedade civil como visto nos países mais desenvolvidos.

Esta situação tem tido também outra consequência. Limita uma reflexão séria sobre as funções sociais das empresas e das organizações na contemporaneidade. Estamos perante a ausência de uma discussão profunda sobre quais os deveres e obrigações intrínsecas das empresas, enquanto atores sociais que intervêm sobremaneira objetiva e subjetivamente nos indivíduos e nas comunidades. Nesse sentido, acreditamos ser necessária a realização de uma reflexão abrangente e centrada na discussão da justiça socioambiental e redistributiva, na valorização dos recursos naturais e no equilíbrio dos ecossistemas; e, nas questões éticas, como o humanismo e os direitos humanos. Nesse prenúncio do século XXI, urge

um debate que ultrapasse o mero contributo para a criação de riqueza e que incorpore também, a maximização dos benefícios para o desenvolvimento econômico e social de comunidades locais. Para tanto, é necessária coragem, ousadia e criatividade para imaginar uma utopia que nos oriente por ideais norteadores de ações inovadoras e de alto grau de intensidade e efetividade. Assim, desejamos que a RSO não fique restrita ou limitada ao voluntarismo e à minimização de problemas quotidianos de caráter pontual e sem perspectiva de alcance global.

O desenvolvimento da RSO foi muito potencializado pelo contributo que trouxe em termos da criação de valor econômico agregado, fator que ditou a sua rápida absorção no discurso gestor. Este fato embora tenha sido, por um lado, importante para a afirmação da RSO, por outro lado, limitou a visão holística da RSO centrada no triple bottom line. A maioria das práticas continua a predominar a lógica do business case e, não raramente, estamos em presença da dissimulação de uma lógica de atuação centrada exclusivamente na criação de valor financeiro, através da veiculação publicitária do discurso de responsabilidade social. Na maioria das vezes, procura-se, através da RSO, transmitir e sustentar uma determinada imagem e reputação junto da comunidade, que encobre formas de agir centradas exclusivamente na maximização de

valor econômico à custa de elevados custos sociais e ambientais. Neste âmbito, a RSO ainda surge frequentemente como um conjunto de práticas avulsas e pulverizadas, consistentemente relatadas em eloquentes relatórios, sem que haja um efetivo comprometimento dos líderes. A maioria das ações sociais empresariais pouco contém uma focalização no desenvolvimento de iniciativas inovadoras que possam contribuir, efetivamente, em reais mudanças estruturantes com impactos ancorados numa visão estratégica transformacional, que seja diferente da restrita e obsoleta visão econômica dos séculos anteriores.

Acrescentamos que esta visão de business case mantém o caráter tecnicista e funcional, numa lógica fortemente instrumental e ultrapassada, na gestão da RSO. Desta forma, a gestão acaba sendo reduzida a um conjunto de práticas dispersas mais direcionadas para reforçar a credibilidade e a reputação no mercado. Embora esta visão seja importante para as empresas, está destituída da reflexão da complexidade plural dos aspectos políticos, culturais, econômicos e sociais inerentes da ecologia dos saberes e das subjetividades, que se entrelaçam na relação e nos conflitos existentes da ação coletiva entre os stakeholders, na realidade contemporânea.

Não só as empresas privadas estão imbuídas de ambiguidades e ambivalências em torno da polissemia conceitual da responsabilidade social.

Apesar do fato das empresas públicas e organizações privadas de interesse público ou do chamado terceiro setor terem uma especificidade própria, assumindo-se que a sua atividade central já pressupõe uma ação socialmente responsável, elas não têm atentado quanto à necessidade de integrar a RSO na sua gestão de modo estruturado. Esta ausência tem tido no mínimo duas graves implicações: a) conduz a um subaproveitamento do impacto da Responsabilidade Social pela ausência da criação de sinergias entre as atividades criativo-sociais e as restantes atividades sociais, especialmente, às econômicas; e, b) impede uma gestão efetiva da sustentabilidade nestas organizações em todas as suas dimensões.

Outra forte limitação decorre da forma como olhamos para a responsabilidade social. Esta tende a ser considerada como um processo isolado, como um conjunto de iniciativas que cada empresa ou organização, isoladamente tende a concretizar as ações, de maneira pulverizada de outros projetos ou políticas sociais que são realizados ao seu entorno por outros setores, como as políticas públicas. Esta lógica individualizada limita a aprendizagem pedagógica de expansão da responsabilidade social e do potencial para a criação de networks criativas e susceptíveis para alavancar outras parcerias e novas configurações de atuação, assentes no partenariado de iniciativas inovadoras de RSO.

Por último, e provavelmente o mais primordial, é o fato de que é quase inexistente a percepção dada pelo mundo empresarial e organizacional à importância do que acontece num dado território, em suas amplas concepções. A visão limitada das empresas, indústrias e organizações quanto às externalidades negativas de suas intervenções em um dado território e, ao seu entorno, tem gerado altos custos tangíveis e intangíveis num jogo de soma zero. Para que todos possam ganhar, é necessária uma boa governança permeada de estratégias concertadas que permita alavancar os interesses e necessidades de diversos atores sociais, convertendo-se em procedimentos democráticos consensuais de ações, práticas e tecnologias sociais inovadoras canalizadas para o bem estar coletivo do território, em suas múltiplas dimensões. Não como intervenções territoriais isoladas, mas como uma estratégia conjunta, em que várias organizações interagem e cooperam por meio de sinergias e de uma governança social de contornos locais, regionais e globais.

Do exposto poder-se-á inferir que o desenvolvimento da responsabilidade social necessita, atualmente, de políticas concertadas e da governança multisetorial (empresas, organizações sociais locais e transnacionais, sindicatos, poderes públicos, dentre outros). Sem a necessária articulação de ações e de complementaridade que a complexidade dos

desafios exige, as ações em responsabilidade social do Sul tenderão para situações precárias, pouco sustentadas nos reais e legítimos interesses das partes interessadas e dos cidadãos; e, finalmente, gerando grande desperdício financeiro e de energias humanas.

O trabalho coletivo que apresentamos ao público neste Dossiê pretende pôr em destaque experiências no domínio da governação de vários setores da sociedade. Acreditamos que ao pensar a responsabilidade social como um feudo de alguns, apenas conduziremos à criação de oásis, onde poucos terão lugar e, na verdade, não constituirão mais do que meras miragens ilusórias num imenso deserto de ideias.

De outra maneira, pretendemos destacar que a atuação de uns não limita a necessária intervenção de outros, mas antes pelo contrário, possibilita o alcance de complementaridades e a geração de sinergias. Assumimos, portanto, que face ao diagnóstico da situação atual da responsabilidade social, a mesma só poderá ser dinamizada, ao serviço de todos, se todos forem chamados à ação da responsabilidade social compartilhada. Esta é uma importante característica da presente Edição da Revista Confluências, que abrange um leque amplo de intervenções: desde a ação governativa à atuação prática quer de empresas, quer de organizações de outra natureza.

O artigo de Nora Machado e Tom Burns “Not Bystanders any longer” trata

das características do desenvolvimento sustentável e as compara com as da revolução industrial e, mostra que, a adesão aos projetos de sustentabilidade está ocorrendo em graus variados ao redor do mundo e com grande resistência por parte de alguns setores, o que suscita a uma série de questões atuais. A pesquisa de Manuel Pacheco Coelho apresentada no artigo “Co-Management Revisited: Sustainable Use of Natural Resources” se baseia no trabalho de Elinor Ostrom, para demonstrar a proposta de propriedade comunitária sustentável em Tamera, Portugal.

O artigo de Juan José Gilli inicia-se traçando três objetivos: a origem do conceito de stakeholders; a definição do conceito de responsabilidade social; e, o papel dos gestores de empresas. Suas ideias nos conduzem sobre a importância da abrangência da Teoria dos Stakeholders e do papel dos gestores, no contexto empresarial atual. O artigo de José Antônio Sanchez Rodriguez “Mapping CSR in Brazil: the context for emergence and promoting institutions” nos mostra a categorização das teorias de RSC sob quatro enfoques (teorias econômicas, políticas, integradoras e éticas), enunciada pela academia para definir o relacionamento entre empresa e sociedade, descrevendo a trajetória da RSC no Brasil, desde a década dos 1960s até hoje.

Patrizia Gazzola e Gianluca Colombo têm por objetivo, no artigo Ethics and CSR: The Strategy Debate, encontrar a

relação entre responsabilidade social, ética e estratégia. No trabalho desenvolvido por Dolores Gallardo-Vázquez e Francisca Castilla-Polo intitulado, observaremos uma análise sobre o papel das cooperativas no âmbito de sua responsabilidade social. Ao acreditarmos no caráter social que as cooperativas possuem, as autoras percebem que há uma carência generalizada de trabalhos específicos sobre a responsabilidade social em cooperativas.

Em “responsabilidade e gestão do risco de incêndio nas proximidades das habitações e na orla florestal”, José Lutas Craveiro, Marlucci Menezes e Helena Cruz, discutem a responsabilidade social e as estratégias de prevenção de incêndios florestais nos perímetros urbanos e nas proximidades das habitações em meio florestal. Buscam debater o potencial de risco que representa a dispersão de habitações em meio florestal e a eventual negligência humana na gestão do combustível nas proximidades das habitações e em redor dos núcleos urbanos.

Como organizadores, consideramos de suma importância apresentar a possibilidade de uma pluralidade de visões e abordagens, bem como distintos temas de estudo sobre a responsabilidade social das organizações em geral, na medida em que não podemos absolutizar um único pensamento, uma única interpretação ou apenas um viés da atual responsabilidade social. Importa a nós pesquisadores a contemplação de diferentes amplitudes

de análise, desde à macro decisão implícita à governança transnacional até à micro decisão organizacional de indivíduos ou de empresas.

Maria Alice Nunes Costa

É Cientista Política e Socióloga. Pós-Doutorada em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (UC, Portugal); Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ); Mestre em Ciência Política (UFF). É Professora da Universidade Federal Fluminense nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Direito e no Programa Sistemas de Gestão e Sustentabilidade. É Pesquisadora Associada do IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade, Rio de Janeiro) e do CES (Centro de Estudos Sociais, Portugal).

Maria João Santos

Doutora em Sociologia Econômica e das Organizações, sendo atualmente Professora no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG-UTL) e pesquisadora do Centro de Investigação em Sociologia Econômica e das Organizações (SOCIUS). Coordenou vários projetos de investigação no âmbito do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social das organizações e dispõe de várias publicações neste domínio científico.

Fernando Miguel Seabra

Doutor em Gestão de Empresas pela Universidade de Évora, Portugal; Mestre em Ciências Empresariais (ISCTE). Professor do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.

Fátima Jorge

Doutora em Gestão de Empresas pela Universidade de Évora; Mestre em Sistemas Sociais e Organizacionais da Atividade Econômica, com especialização em Sociologia da Empresa (ISEG-UTL). Professora do Departamento de Gestão da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora; e, pesquisadora no NICPRI-Universidade de Évora.